# Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

31 de dezembro 2017



# J.P.Morgan

## J.P.Morgan

## Índice

Relatório dos auditores independentes	2
Balanço patrimonial consolidado	5
Demonstração consolidada do resultado	6
Demonstração consolidada do resultado abrangente	7
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas	10



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Banco J.P. Morgan S.A.

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações



#### Banco J.P. Morgan S.A.

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
  procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos
  opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.



#### Banco J.P. Morgan S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3

## Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)	(em reais mil) 31/12/2017	(em reais mil) 31/12/2016
Ativo		<u> </u>
Caixa e equivalentes de caixa 3	21,207,919	18,754,218
Ativos financeiros para negociação	3,632,128	6,886,404
Instrumentos de dívida 4a	2,309,788	5,026,233
Instrumentos de patrimônio 40	112,900	41,622
Instrumentos financeiros derivativos 5	1,209,440	1,818,549
Ativos financeiros disponíveis para venda	169,795	339,774
Instrumentos de dívida 4b		339,493
Outros ativos financeiros disponíveis para venda	281	281
Empréstimos e adiantamentos	1,752,498	1,473,385
Empréstimos e adiantamentos a clientes 6a	, 0 , , 1	1,470,940
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras 6b	600,804	-
Carteira de câmbio 60	-	2,445
Ativo Imobilizado 7	142,849	147,140
Ativo Intangível 8	5,727	5,727
Créditos Tributários	537,434	327,252
Correntes	140,852	80,149
Diferidos 13		247,103
Outros Ativos 11	1,217,595	1,565,536
TOTAL DO ATIVO	28,665,945	29,499,436
Passivo		
Passivos financeiros para negociação	1,752,094	2,677,807
Instrumentos financeiros derivativos 5	1,752,094	2,677,807
Passivos financeiros ao custo amortizado	21,242,630	21,381,639
Depósitos de clientes 9a		3,120,657
Depósitos de instituições financeiras 9t		5,931,928
Obrigações por empréstimos	_	10,376,020
Carteira de câmbio 60		10,5/0,020
Outros passivos financeiros 11	-,1	1,953,034
	75 107	7,500,7-0 1
Provisões 12a	a <b>607,866</b>	563,359
Passivos Fiscais	264,717	134,507
Correntes	264,717	134,507
Diferidos 12		-
Outros passivos 11	505,679	499,456
TOTAL DO PASSIVO	24,372,986	25,256,768
	<b>-4</b> ,3/ <b>-</b> ,900	<b>-</b> 0, <b>-</b> 00,/00
Patrimônio líquido 14		
Capital	2,453,981	2,453,981
Reservas	1,841,232	1,792,007
Resultado abrangente acumulado	2,686	1,620
Ações em tesouraria	(4,940)	(4,940)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4,292,959	4,242,668
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28,665,945	29,499,436

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

## Demonstração consolidada do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas com juros e similares   15a   2,907,794   4,159,242     Despesas com juros e similares   15b   (1,280,155)   (1,095,780)     Receita líquida com juros   1,627,639   3,063,462     Provisão para perda de crédito   6a   - 46     Receita líquida da provisão para perda de crédito   1,627,639   3,063,508     Receita de tarifas e comissões   16   521,305   456,523     Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros   15c   (360,073)   (3,882,376)     Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial   17   (434,149)   2,153,716     Total de receitas   18   (108,199)   (96,153)     Despesas tributárias   20   (200,79)   (216,870)     Despesas tributárias   20   (200,79)   (216,870)     Depreciação e amortização   7 e 8   (15,791)   (20,227)     Provisões   (10,870)   29,481     Dutras receitas (despesas)   (10,870)   29,481     Dutras receitas (despesas)   (10,870)   231,600     Dutras receitas (despesas)   23   (115,237)   (331,800)     LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO   346,847   785,327     Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos   13   (115,237)   (331,800)     LUCRO POR AÇÃO (em reais)   231,610   453,527     Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)   -		<u>Nota</u>	31-dez-17	<u>31-dez-16</u>
Despesas com juros e similares   15b	Receitas com juros e similares	15a	2,907,794	4,159,242
Provisão para perda de crédito         6a         -         46           Receita líquida da provisão para perda de crédito         1,627,639         3,063,508           Receita de tarifas e comissões         16         521,305         456,523           Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros         15c         (360,073)         (3,882,376)           Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial         17         (434,149)         2,153,716           Total de receitas         1,354,722         1,791,371           Despesas tributárias         18         (108,199)         (96,153)           Outras despesas administrativas         20         (200,719)         (216,870)           Depreciação e amortização         7 e 8         (15,791)         (20,227)           Provisões         (380)         (381)           Outras receitas (despesas)         346,847         785,327           LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO         346,847         785,327           Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos         13         (115,237)         (331,800)           LUCRO PÓR AÇÃO (em reais)         1         231,610         453,527           LUCRO PÓR AÇÃO (em reais)         2         40,9133         80,1143           Ações ordinár		-		
Receita líquida da provisão para perda de crédito         1,627,639         3,063,508           Receita de tarifas e comissões         16         521,305         456,523           Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros         15c         (360,073)         (3,882,376)           Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial         17         (434,149)         2,153,716           Total de receitas         18         (108,199)         (96,153)           Outras despesas tributárias         20         (200,719)         (216,870)           Outras despesas administrativas         20         (200,719)         (216,870)           Depreciação e amortização         7 e 8         (15,791)         (20,227)           Provisões         (380)         (381)           Outras receitas (despesas)         (380)         (381)           UCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO         346,847         785,327           Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos         13         (115,237)         (331,800)           LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO         231,610         453,527           Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)         -         -         -           Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)         -         - <td>1 0</td> <td>· ·</td> <td></td> <td></td>	1 0	· ·		
Receita de tarifas e comissões         16         521,305         456,523           Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros         15c         (360,073)         (3,882,376)           Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial         17         (434,149)         2,153,716           Total de receitas         1,354,722         1,791,371           Despesas tributárias         18         (108,199)         (96,153)           Outras despesas administrativas         20         (200,719)         (216,870)           Depreciação e amortização         7 e 8         (15,791)         (20,227)           Provisões         (380)         (381)           Outras receitas (despesas)         (10,870)         29,497           LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO         346,847         785,327           Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos         13         (115,237)         (331,800)           LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO         231,610         453,527           Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)         -         -           Ações ordinárias         40,9133         80,1143           Ações preferenciais         40,9133         80,1143           Média ponderada das ações emitidas - básica         5,470	Provisão para perda de crédito	6a	-	46
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros         15c         (360,073)         (3,882,376)           Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial         17         (434,149)         2,153,716           Total de receitas         1,354,722         1,791,371           Despesas tributárias         18         (108,199)         (96,153)           Outras despesas administrativas         20         (200,719)         (216,870)           Depreciação e amortização         7 e 8         (15,791)         (20,227)           Provisões         (380)         (381)           Outras receitas (despesas)         346,847         785,327           Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos         13         (115,237)         (331,800)           LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO         231,610         453,527           LUCRO POR AÇÃO (em reais)         -         -         -           Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)         -         -         -           Ações preferenciais         40.9133         80.1143           Média ponderada das ações emitidas - básica         5,470         13,681,092	Receita líquida da provisão para perda de crédito		1,627,639	3,063,508
Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial         17         (434,149)         2,153,716           Total de receitas         1,354,722         1,791,371           Despesas tributárias         18         (108,199)         (96,153)           Outras despesas administrativas         20         (200,719)         (216,870)           Depreciação e amortização         7e 8         (15,791)         (20,227)           Provisões         (380)         (381)           Outras receitas (despesas)         (10,870)         29,497           LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO         346,847         785,327           Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos         13         (115,237)         (331,800)           LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO         231,610         453,527           LUCRO POR AÇÃO (em reais)         -         -         -           Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)         -         -         -           Ações preferenciais         40,9133         80,1143           Ações preferenciais         40,9133         80,1143           Média ponderada das ações emitidas - básica         5,470         13,681,092	Receita de tarifas e comissões	16	521,305	456,523
Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial         2,153,716           Total de receitas         1,354,722         1,791,371           Despesas tributárias         18         (108,199)         (96,153)           Outras despesas administrativas         20         (200,719)         (216,870)           Depreciação e amortização         7 e 8         (15,791)         (20,227)           Provisões         (380)         (381)           Outras receitas (despesas)         (10,870)         29,497           LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO         346,847         785,327           Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos         13         (115,237)         (331,800)           LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO         231,610         453,527           Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)         -         -         -           Ações ordinárias         40,9133         80,1143           Média ponderada das ações emitidas - básica         5,470         13,681,092	Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	15c	(360,073)	(3,882,376)
Total de receitas         1,354,722         1,791,371           Despesas tributárias         18         (108,199)         (96,153)           Outras despesas administrativas         20         (200,719)         (216,870)           Depreciação e amortização         7e 8         (15,791)         (20,227)           Provisões         (380)         (381)           Outras receitas (despesas)         (10,870)         29,497           LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO         346,847         785,327           Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos         13         (115,237)         (331,800)           LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO         231,610         453,527           Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)         -         -           Ações ordinárias         40.9133         80.1143           Ações preferenciais         40.9133         80.1143           Média ponderada das ações emitidas - básica         5,470         13,681,092		17	(434,149)	
Despesas tributárias       18       (108,199)       (96,153)         Outras despesas administrativas       20       (200,719)       (216,870)         Depreciação e amortização       7 e 8       (15,791)       (20,227)         Provisões       (380)       (381)         Outras receitas (despesas)       (10,870)       29,497         LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO       346,847       785,327         Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos       13       (115,237)       (331,800)         LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO       231,610       453,527         LUCRO POR AÇÃO (em reais)       -       -       -         Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)       -       -       -         Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       5,470       13,681,092	Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial			2,153,716
Outras despesas administrativas       20       (200,719)       (216,870)         Depreciação e amortização       7 e 8       (15,791)       (20,227)         Provisões       (380)       (381)         Outras receitas (despesas)       (10,870)       29,497         LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO       346,847       785,327         Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos       13       (115,237)       (331,800)         LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO       231,610       453,527         LUCRO POR AÇÃO (em reais)       -       -       -         Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)       -       -       -         Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       5,470       13,681,092	Total de receitas		1,354,722	1,791,371
Depreciação e amortização       7e 8       (15,791)       (20,227)         Provisões       (380)       (381)         Outras receitas (despesas)       (10,870)       29,497         LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO       346,847       785,327         Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos       13       (115,237)       (331,800)         LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO       231,610       453,527         LUCRO POR AÇÃO (em reais)       -       -       -         Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)       -       -       -         Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       40.9133       80.1143         Ações ordinárias       5,470       13,681,092	Despesas tributárias	18	(108,199)	(96,153)
Provisões         (380)         (381)           Outras receitas (despesas)         (10,870)         29,497           LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO         346,847         785,327           Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos         13         (115,237)         (331,800)           LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO         231,610         453,527           LUCRO POR AÇÃO (em reais)         -         -           Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)         -         -           Ações ordinárias         40.9133         80.1143           Ações preferenciais         40.9133         80.1143           Média ponderada das ações emitidas - básica         40.9133         80.1143           Ações ordinárias         5,470         13,681,092	Outras despesas administrativas	20	(200,719)	(216,870)
Outras receitas (despesas)       (10,870)       29,497         LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO       346,847       785,327         Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos       13       (115,237)       (331,800)         LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO       231,610       453,527         LUCRO POR AÇÃO (em reais)       -       -         Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)       -       -         Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       5,470       13,681,092	Depreciação e amortização	7 e 8	(15,791)	(20,227)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO       346,847       785,327         Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos       13 (115,237)       (331,800)         LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO       231,610       453,527         LUCRO POR AÇÃO (em reais)       -       -         Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)       -       -         Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       40.9133       80.1143         Ações ordinárias       5,470       13,681,092	Provisões		(380)	(381)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos       13       (115,237)       (331,800)         LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO       231,610       453,527         LUCRO POR AÇÃO (em reais)       -       -         Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)       -       -         Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       40.9133       80.1143         Ações ordinárias       5,470       13,681,092	Outras receitas (despesas)		(10,870)	29,497
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos       13       (115,237)       (331,800)         LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO       231,610       453,527         LUCRO POR AÇÃO (em reais)       -       -         Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)       -       -         Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       40.9133       80.1143         Ações ordinárias       5,470       13,681,092	LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		346,847	785,327
LUCRO POR AÇÃO (em reais)       -<	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13	(115,237)	(331,800)
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)       -       -         Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       5,470       13,681,092	LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		231,610	453,527
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)       -       -         Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       5,470       13,681,092	LUCDO DOD AÇÃO (om rosis)			
Ações ordinárias       40.9133       80.1143         Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       Ta,681,092         Ações ordinárias       5,470       13,681,092			_	_
Ações preferenciais       40.9133       80.1143         Média ponderada das ações emitidas - básica       5,470       13,681,092	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *		40.0122	80 1142
Média ponderada das ações emitidas - básica Ações ordinárias 5,470 13,681,092	,		. ,	
Ações ordinárias 5,470 13,681,092			40.9100	00.1143
, 0, 1,	• ,		5.470	13.681.002
ACOES DICICICIDAS 4/9,431	Ações preferenciais		191	479,431

## Demonstração consolidada do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	231,610	453,527
Outros componentes do resultado abrangente Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda Ganhos transferidos ao resultado por alienação dos ativos disponíveis para venda	<b>1,066</b> 1,066	<b>10,703</b> 10,703
Total do resultado abrangente do exercício	232,676	464,230

### Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

			R	eservas		-	Outros resultados abrangentes		
	Capital social	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Contribuição de <u>Capital</u>	Lucros acumulados	Disponível para venda	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2015	2,453,981	24,939	167,173	1,116,045	27,944		(9,083)	(10)	3,780,989
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo							10,703		10,703
Pagamento baseado em ações	-				2,389	-	-	-	2,389
Grupamento de ações				(10)				(4,930)	(4,940)
Lucro líquido do exercício	-	-	-		-	453,527	-	-	453,527
Destinação do lucro líquido: Reserva legal Reserva estatutária	- -	- -	19,234	434, <del>2</del> 93	- -	(19,234) (434,293)	- -	- -	- -
Em 31 de dezembro de 2016	2,453,981	24,939	186,407	1,550,328	30,333		1,620	(4,940)	4,242,668
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo							1,066		1,066
Pagamento baseado em ações	-				6,865	-	-	-	6,865
Distribuição de dividendos				(189,250)					(189,250)
Lucro líquido do exercício	-	-	-		-	231,610	-	-	231,610
Destinação do lucro líquido: Reserva legal Reserva estatutária	- -	- -	12,817	218,793	- -	(12,817) (218,793)	- -	- -	- -
Em 31 de dezembro de 2017	2,453,981	24,939	199,224	1,579,871	37,198	<u> </u>	2,686	(4,940)	4,292,959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2017	2016
Atividades operacionais		142,462	703,457
Ajustes ao lucro	•		
Lucro líquido		231,610	453,527
Ajuste ao lucro líquido			
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		33	4,251
Depreciações	7	15,791	15,517
Impairment de ativo intangível	8	-	4,710
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		(149,479)	195,049
Constituições de provisões		44,507	30,403
Redução líquido nos ativos operacionais		3,433,446	9,142,959
Ativos financeiros para negociação	•	3,254,276	8,412,813
Ativos financeiros disponível para venda		171,045	119,670
Empréstimos e adiantamentos		(279,113)	700,318
Ativos fiscais correntes		(60,703)	(79,353)
Outros ativos		270,971	(138,569)
Aumento/(Redução) líquido nos passivos operacionais	_	1,384,797	(1,565,031)
Passivos financeiros para negociação	•	(925,713)	(4,995,181)
Passivos fiscais correntes		325,574	161,620
Depósitos		2,167,212	3,598,043
Outros passivos		13,088	(62,856)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(195,364)	(266,657)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais		4,960,705	8,281,385
Atividades de investimentos			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)	7	(11,500)	(10,601)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	•	(11,500)	(10,601)
Atividades de financiamentos			
(Redução)/aumento em passivos financeiros ao custo amortizado		(2,251,979)	4,248,894
Juros pagos		(54,242)	(69,541)
Dividendos pagos (Nota 14)		(189,250)	-
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades de financiamentos		(2,495,471)	4,179,353
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		2,453,734	12,450,137
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	18,754,218	6,308,332
Efeitos das mudanças de taxas de câmbio	3	(33)	(4,251)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	21,207,919	18,754,218
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		2,453,734	12,450,137

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1 Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco") e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,6% de suas ações ordinárias e preferenciais.

Integram o Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" ou "Consolidado"), o Banco e suas subsidiárias diretas: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo Atacama Multimercado Fundo de Investimento.

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis em IFRS foram aprovadas pela Administração em 21 de março de 2018.

#### 2 Resumo das principais práticas contábeis

#### Base de preparação

Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com o padrão contábil internacional (IFRS), conforme aprovado pelo *Internacional Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

#### Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas controladas e de seu fundo exclusivo para os exercícios findos em 31 de dezembro. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

O Banco consolida todas as entidades relevantes sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Banco. O controle é adquirido quando o Banco passa a deter o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter os benefícios de suas atividades.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período (cotação de "compra" para ativos e de "venda" para passivos).

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como "Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial" na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado como "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros" sem distingui-las de outras variações no valor justo.

#### (b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota 3).

#### (c) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

#### (i) Definições

"Instrumentos financeiros" são quaisquer contratos que deem origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" são quaisquer contratos que representem uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Instrumentos financeiros derivativos" são quaisquer instrumentos financeiros com vencimento em data futura cujo valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

#### (ii) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (iii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Nesse caso, são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os custos de transação são reconhecidos como despesa.

#### (iv) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- . Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado) essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- . Ativos financeiros disponíveis para venda essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não seriam subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "ajuste de avaliação patrimonial valor justo" no resultado abrangente, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o instrumento financeiro é alienado ou possui indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- Empréstimos e adiantamentos essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e adiantamentos é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de custo amortizado por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

#### (v) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- . "Caixa e equivalentes de caixa" saldos de caixa e aplicações em operações compromissadas.
- . "Empréstimos e adiantamentos" incluem os empréstimos concedidos pelo Consolidado, exceto os representados por títulos, saldos devedores de natureza financeira em favor do Consolidado, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.
- . "Empréstimos e adiantamentos a clientes" inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Consolidado, exceto os representados por títulos.
- "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.

- . "Carteira de câmbio" inclui operações de câmbio ativas e passivas.
- . "Instrumentos de dívida" bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- . "Instrumentos de patrimônio" instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- . "Outros Ativos" referem-se, basicamente, a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a entidade, benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes.
- "Instrumentos financeiros derivativos" inclui o valor justo em favor do Consolidado dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).

#### (vi) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- . Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado) essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas *short*).
- . Passivos financeiros ao custo amortizado passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos na categoria anterior e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelo Consolidado.

#### (vii) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- . "Depósitos de clientes" inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes.
- . "Depósitos de instituições financeiras" depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- "Obrigações por empréstimos " são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior.
- . "Outros passivos financeiros" são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela (exceto futuros) e relações de interdependências.
- . "Instrumentos financeiros derivativos" inclui o valor justo a pagar pelo Consolidado nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

#### (i) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e adiantamentos, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros da demonstração consolidada de resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Empréstimos e adiantamentos" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas. Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Consolidado ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (ii) Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros, exceto os derivativos, são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

#### (iii) Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como "para negociação" são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente na rubrica "Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são lançados para resultado.

#### (iv) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, empréstimos e adiantamento não são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Consolidado, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Ativos e passivos nessa categoria estão classificados nas rubricas "Empréstimos e adiantamentos" e "Passivos financeiros ao custo amortizado".

#### (e) Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- . o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido;
- . o Consolidado transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
  - . o Consolidado transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
  - o Consolidado não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

#### (ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por um outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de um novo passivo, e a diferenca no valor contábil é reconhecida no resultado.

#### (f) Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (g) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como "para negociação" são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

#### (i) Ativos financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Consolidado avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- . o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- . ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- o Consolidado faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Consolidado negociaria em situações normais;
- . alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária;
- . evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subseqüente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (h) Operações compromissadas

Compras/vendas de ativos financeiros com base em um contrato de revenda/recompra não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido/recebido, com base na natureza do devedor/credor, sob a rubrica "Caixa e equivalentes a caixa" ou "Depósitos de instituições financeiras".

#### (i) Ativo imobilizado

O ativo imobilizado inclui o valor de sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

#### (j) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Consolidado o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por carteira de clientes e código fonte, sem vida útil definida.

Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment), e consequente contabilização da amortização no resultado, foi utilizado a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros.

#### (k) Provisões

As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

As demonstrações contábeis do consolidado incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

#### (l) Reconhecimento de receita e despesa

Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

#### (l.1) Receita e despesa com juros e similares

Receitas e despesas de juros e similares são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

#### (l.2) Receita de tarifas e comissões

O Consolidado aufere receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita provenientes de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias:

Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

#### (m) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia nenhuma garantia financeira cuja perda tenha sido considerada provável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (n) Ativos sob administração

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração dos respectivos ativos administrados são reconhecidas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado, de acordo com a competência da prestação do serviço.

#### (o) Benefícios a funcionários

#### (0.1) Plano de pensão

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas.

#### (0.2) Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Consolidado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, iniciado em 2012, o Consolidado registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado (Nota 21 (b)). Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital do Consolidado.

#### (p) Impostos

#### (p.1) Imposto corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, conforme nova redação do art. 3º da Lei nº 7.689/88, estabelecida pela Lei 13.169/2015. A alíquota de CSLL será de 20% até 31 de dezembro de 2018, e de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

#### (p.2) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases tributárias de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

 em situações em que o passivo tributário diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. a respeito das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em que o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que essa não seja revertida em um futuro próximo.

Créditos tributários diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto:

- . onde o ativo tributário diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário:
- . a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, ativos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto corrente e imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

Ativos e passivos tributários diferidos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

#### (q) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Consolidado que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

#### (r) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN e não com base nestas Demonstrações Contábeis.

#### (s) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucros por ação.

#### (t) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- . Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- . Fluxos de caixa são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- . Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- . Atividades de investimento são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- . Atividades de financiamento são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

#### 2.1 Julgamentos e estimativas contábeis significativos

No processo de elaboração das demonstrações contábeis do Consolidado, a administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

#### (a) Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Consolidado revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

A administração exerce seu julgamento para determinar se há evidência de indicativos de evento de perda para estipular o montante de provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrado nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas esperados da contraparte ou a

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável.

O Consolidado revisa seus empréstimos e adiantamentos individualmente significativos a cada data de balanço para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado.

O julgamento da administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro impactando a determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, a administração faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão.

#### (b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, tal valor é determinado utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

#### (c) Perdas com outros ativos financeiros

O Consolidado reconhece as perdas inerentes a outros ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração.

#### (d) Créditos tributários diferidos

Créditos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (e) Passivos contingentes

O Consolidado revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

#### 2.2 Novos pronunciamentos e alterações e interpretações existentes

#### Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" -O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e afetará a contabilização de instrumentos financeiros do Consolidado, a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018.

Os impactos das mudanças no cálculo de impairment para os instrumentos financeiros dependem da composição do portifólio do consolidado, bem como das informações prospectivas disponíveis no momento do preparo da demonstração contábil consolidada. Em 31 de dezembro de 2017 o consolidado estima que não haverá impactos relevantes no patrimônio liquido por conta da adoção do IFRS 9. O processo de transição entre os pronunciamentos será apresentada na demonstração contábil consolidada de 31 de dezembro de 2018.

- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O IFRS 15 substitui o IAS 18, o IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICS 13, 15 e 18).

Em 31 de dezembro de 2017 o consolidado estima que não haverá impactos relevantes decorrentes da adoção do desse pronunciamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 3 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	<b>201</b> 7	2010
Disponibilidades	143.018	950.747
Aplicações em operações compromissadas	21.064.901	17.803.471
	21.207.919	18.754.218

#### 4 Ativos financeiros – Instrumentos de dívida e de patrimônio

Ativos financeiros de instrumento de dívida para negociação e de patrimônio estão classificados como circulante. Ativos financeiros de instrumento de dívida disponíveis para venda estão classificados como não circulante.

Para cálculo do valor de mercado da carteira de ativos financeiros são utilizados os seguintes critérios:

- . Títulos públicos federais, títulos privados: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada "ajuste de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.
- . Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

#### (a) Instrumentos de dívida - Para negociação

			2017	2016
	Valor de custo	Ganhos/ (perdas)	Valor mercado	Valor mercado
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro Debêntures	2.304.806	4.982	2.309.788	4.829.868 196.365
	2.304.806	4.982	2.309.788	5.026.233

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Instrumentos de dívida – Disponíveis para venda

			2017	2016
	Valor de	Ganhos/	Valor	Valor
	custo	(perdas)	mercado	mercado
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	165.037	<u>4.477</u>	169.514	339.493
	165.037	4.477	169.514	339.493

#### (c) Instrumentos de patrimônio para negociação

			2017	2016
	Valor de custo	Ganhos/ (perdas)	Valor mercado	Valor mercado
Ações listadas em bolsa	102.435	7.348	109.783	38.543
Cotas de fundos de investimento	3.117		3.117	3.079
	105.552	7.348	112.900	41.622

#### 5 Ativos financeiros mantidos para negociação – Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps* estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- . *Swaps* e termos apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
- . Ações cotação de fechamento divulgada pela B3.
- . Opções modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. Futuros - cotações e taxas publicadas pela B3.

Para os ativos financeiros são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento prevista pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Consolidado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 1.905.051 (2016 – R\$ 3.383.192).

Os derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial uma vez que o Consolidado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e porque atende os critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros. O quadro abaixo demonstra esse efeito de compensação (offsetting):

		2017		2016
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de "swap"	756.878	1.099.988	1.193.892	1.683.430
Operações a termo	180	-	-	165
Operações com opções	779.150	731.466	317.942	289.291
Operações com futuros	=	15.355	=	137.800
Outros derivativos	329.629	561.682	898.107	1.158.513
Total operações	1.865.837	2.408.491	2.409.941	3.269.199
Efeito do offsetting –transferido	(379.246)	(277.151)	(440.038)	(151.354)
Efeito do offsetting – recebido <b>Total do efeito do offsetting</b>	(277.151)	(379.246)	(151.354)	(440.038)
(Nota 2 (f))	(656.397)	(656.397)	(591.392)	(591.392)
Total	1.209.440	1.752.094	1.818.549	2.677.807

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo, composição dos derivativos, antes do processo de *offsetting*, (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

				Valor Justo
	Valor de custo corrigido	Ganhos / (Perdas) não realizados	2017	2016
Ativo	2.580.125	128.519	2.708.644	2.409.941
Operações de <i>swap</i>	631.768	125.110	756.878	1.193.892
Operações a termo	842.849	138	842.987	-
Operações com opções	815.158	(36.008)	779.150	317.942
Outros derivativos	290.350	39.279	329.629	898.107
Passivo	3.088.267	164.030	3.251.298	3.269.199
Operações de <i>swap</i>	905.521	194.467	1.099.988	1.683.430
Operações a termo	842.849	(42)	842.807	165
Operações com opções	800.356	(68.890)	731.466	289.291
Operações com futuros	15.355	-	15.355	137.800
Outros derivativos	524.187	37.495	561.682	1.158.513

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

						Total
	Até três	Três a doze	Um a três	Acima de		
	meses	meses	anos	três anos	2017	2016
Ativo	208.768	537.148	398.897	721.024	1.865.837	2.409.941
Operações de swap	58.832	254.173	328.408	115.465	756.878	1.193.892
Operações a termo Operações com	180	-	-	-	180	-
opções	64.179	201.007	65.673	448.291	779.150	317.942
Outros derivativos	85.577	81.968	4.816	157.268	329.629	898.107
Passivo	270.126	474.876	605.190	1.058.300	2.408.491	3.269.199
Operações de swap	41.105	156.126	499.665	403.092	1.099.988	1.683.430
Operações a termo Operações com	-	-	-	-	-	165
opções Operações de	47.290	172.369	63.516	448.291	731.466	289.291
Futuros	15.355	-	-	-	15.355	137.800
Outros derivativos	166.376	146.381	42.008	206.917	561.682	1.158.513

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos:

					-	Total
-	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	2017	2016
Operações de swap	5.894.536	9.661.432	7.536.370	7.708.983	30.801.321	32.952.531
Operações com opções - comprada	3.101.179	4.106.538	2.222.650	1.833.988	11.264.355	9.608.077
Operações com opções - vendida	2.985.230	4.391.895	2.278.259	1.833.988	11.489.372	9.637.959
Operações a termo - comprada	-	302.172	42.145	79.871	424.188	20.602
Operações a termo - vendida	-	302.189	42.144	74.328	418.661	15.149
Outros derivativos	7.728.969	6.139.774	908.685	2.536.557	17.313.985	26.114.757

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados na carteira de derivativos:

		2017		2016		
	Realizados	Não Realizados	Realizados	Não Realizados		
Swap	27.321	(69.357)	(9.779.986)	4.644.659		
Termo	(18)	180	-	(820)		
Futuros	(346.431)	-	(318.584)	-		
Opções	8.915	32.882	(23.026)	(23.113)		
Outros	261.164	1.784	1.780.745	(10.199)		
Total	(49.049)	(34.511)	(8.340.851)	4.610.527		

#### **6** Empréstimos e adiantamentos

#### (a) Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito é composta, principalmente, por empréstimos no montante de R\$ 484.265 (2016 – R\$ 421.909), títulos descontados no montante de R\$ 196.262 (2016 – R\$ 85.231), financiamentos no montante de R\$ 112.741 (2016 – R\$ 23.718) e empréstimos de ações no montante de R\$ 220.996 (2016 – R\$ 342.553) classificados em Empréstimos e adiantamentos a clientes, por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R\$ 128.434 (2016 – R\$ 590.292), classificados em Carteira de Câmbio.

A totalidade dos Empréstimos e adiantamentos a clientes, no montante de R\$ 1.014.264 (2016: R\$ 873.411), está concentrada no setor privado, não havendo operações com o governo.

Os adiantamentos relacionados a operações de câmbio totalizam R\$ 128.434 (2016: R\$ 590.292) e outros empréstimos e adiantamentos no montante de R\$ 8.996 (2016: R\$ 9.682).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Situação do risco de crédito da carteira:

	2017	2016
Saldo da carteira	1.752.498	1.473.385
Valores em dia	1.752.498	1.431.081
Valores em atraso	-	42.304

Situação de vencimento da carteira:

	2017	2016
Carteira de crédito		
Operações em atraso	-	42.304
Vencimentos em até um ano	1.298.251	631.406
Vencimentos após um ano	325.813	209.383
Carteira de Câmbio e outros adiantamentos		
Vencimentos em até um ano	128.434	590.292

Conforme avaliação interna, em 2017 não houve operações de crédito avaliadas com possibilidade de perda de valor recuperável, uma vez que a totalidade da carteira foi classificada com qualidade de crédito alta.

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, foram identificadas perdas incorridas para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis conforme tabela abaixo:

Evolução da provisão para empréstimos e adiantamentos a clientes de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Saldo inicial	-	1.643
Reversão de provisão	-	(46)
Baixa de provisão	-	(1.597)
Saldo final		_

Não houve renegociação de créditos nos exercícios de 2017 e 2016. No exercício de 2017, o montante de recuperação de crédito totalizou R\$ 54.522.

Adicionalmente, o consolidado possui fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 982.507 (2016 - R\$ 1.152.406), registrados em contas de compensação.

#### (b) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	2017	2016
Aplicações em moeda estrangeira	600.804	-
TOTAL	600.804	-

As operações com instituições financeiras são todas de curto prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, não foram identificadas perdas inerentes para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis.

#### (c) Carteira de câmbio

Em 2017 a carteria de câmbio é composta de posição ativa no montante de R\$ 3.980.446 e posição passiva, a pagar, no montante de R\$ 3.986.670 sendo o valor líquido classificado no passivo.

Em 2016 a carteria de câmbio é composta de posição ativa no montante de R\$ 4.158.063 e posição passiva, a pagar, no montante de R\$ 4.155.618 sendo o valor líquido classificado no ativo.

As operações com instituições financeiras são todas de curto prazo.

O Consolidado avalia as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (impairment) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, não foram identificadas perdas inerentes para a data-base da apresentação das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 7 Ativo imobilizado

	Saldo inicial - 2017			Movimentação - 2017			Saldo final - 2017			
	Custo	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	779		779		(693)			86	-	86
Imóveis de uso	94,976	(10,187)	84,789	150		(3,495)		95,126	(13,682)	81,444
Instalações, móveis e equipamentos de uso	62,695	(21,392)	41,303	3,648		(6,649)		66,343	(28,041)	38,302
Sistema de processamento de dados	39,493	(31,198)	8,295	5,765	(12,891)	(2,996)	12,891	32,367	(21,303)	11,064
Outros	22,366	(10,392)	11,974	2,630	(2,861)	(2,651)	2,861	22,135	(10,182)	11,953
	220,309	(73,169)	147,140	12,193	(16,445)	(15,791)	15,752	216,057	(73,208)	142,849
		Saldo inicial - 2016			Movim	entação - 2016			Saldo fi	inal - 2016
	Custo	Depreciação	<u>Total</u>	Adições	Baixas	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	<u>Total</u>
Imobilizações em curso	2.791	-	2.791	-	(2.012)	-	-	779	-	779
Imóveis de uso	94.932	(6.694)	88.238	44	-	(3.493)	-	94.976	(10.187)	84.789
Instalações, móveis e equipamentos de uso	55.080	(15.371)	39.709	7.933	(318)	(6.320)	299	62.695	(21.392)	41.303
Sistema de processamento de dados	39.599	(29.102)	10.497	409	(515)	(2.611)	515	39.493	(31.198)	8.295
Outros	19.750	(8.929)	10.821	4.246	(1.630)	(3.093)	1.630	22.366	(10.392)	11.974
_	212.152	(60.096)	152.056	12.632	(4.475)	(15.517)	2.444	220.309	(73.169)	147.140

<sup>(\*)</sup> A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10%; e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte - 20%.

Na aquisição dos ativos imobilizados o Consolidado não assumiu compromissos contratuais, assim como não houve prestação de garantias.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 8 Ativo intangível

	Saldo inicial – 2017			Movimentação – 2017			Saldo Final - 2017		
_	Custo	Amortização	Total	Baixas	Impairment*	Baixa de Amortização	Custo	Amortização	Total
Carteira de clientes	3.227	-	3.227	-	-	-	3.227	-	3.227
Código fonte	2.500	<del>-</del> -	2.500				2.500		2.500
=	5.727	<del>-</del>	5.727				5.727		5.727
_	Saldo inicial – 2016		Movimentação – 2016				Saldo Final - 2016		
-	Custo	Amortização	Total	Adições	Impairment*	Amortização	Custo	Amortização	Total
Gastos com aquisição e desenvolvimento de software	11.938	(11.938)	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes	7.937	-	7.937	-	(4.710)	-	3.227	-	3.227
Código fonte	2.500	-	2.500	-	-	-	2.500	-	2.500
Outros	348	(348)				<del>-</del>		<del>-</del>	
<u>-</u>	22.723	(12.286)	10.437		(4.710)		5.727		5.727

O intangível está representado, principalmente, pela aquisição de carteira de clientes e código fonte sem vida útil definida.

Com base nessa avaliação, o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 4.710.

<sup>(\*)</sup> Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios econômicos futuros.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 9 Passivos financeiros ao custo amortizado

#### (a) Depósitos de clientes

	Circulante	Não circulante	2017	2016
Depósitos remunerados Depósitos a prazo Depósitos não	3.525.872	2.038.228	5.564.100	2.964.863
<b>remunerados</b> Depósitos à vista	120.538		120.538	155.794
	3.646.410	2.038.228	5.684.638	3.120.657

#### (b) Depósitos de instituições financeiras

	Circulante	Não circulante	2017	2016
Depósitos remunerados				
Depósitos interfinanceiros	334.844	-	334.844	437.955
Operações compromissadas	5.200.315	-	5.200.315	5.493.973
-	5.535.159		5.535.159	5.931.928

#### 10 Obrigações por empréstimos

São representados por, recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, conforme abaixo:

	2017	Juros a.a	2016	Juros a.a
Empréstimos no exterior Vencimentos em até um ano	8.073.393	de 0,8% a 1,46%	10.376.020	de 0,43% a 0,90%
Total obrigações por empréstimos	8.073.393		10.376.020	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 11 Outros ativos e passivos

	o' l .	Não Circulante		
	Circulante	Circulante	2017	2016
Outros ativos	490.892	727.282	1.217.595	1.565.536
Devedores por depósito em garantia (Nota 12 (a)) Compulsório junto ao	-	727.282	727.282	828.079
BACEN	52.108	-	52.108	18.685
Rendas a receber Negociação e intermediação	22.271	-	22.271	29.631
de valores	405.892	-	405.892	679.217
Devedores diversos no país	1.709	-	1.709	3.156
Diversos	8.333	-	8.333	6.768
Outros passivos				
financeiros	1.943.216		1.943.216	1.953.034
Relações de				
interdependências	54.695	-	54.695	68.155
Negociação e intermediação de valores	1.888.521	-	1.888.521	1.884.879
Outros passivos	505.679		505.679	499.456
Sociais e estatutárias	16.631	-	16.631	25.055
Provisão para pagamentos com despesa de pessoal Provisão para outros	363.349	-	363.349	395.107
pagamentos	19.727	-	19.727	32.505
Diversos	105.972	-	105.972	46.789

#### 12 Contingências e outros compromissos

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do Consolidado são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Assim, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Consolidado não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

#### (a) Provisões constituídas

### (a.1) Composição dos saldos patrimoniais

		2017		2016
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes Cíveis Trabalhistas	689.696 21.992 15.594	467.818 100.154 39.894	781.748 21.478 24.853	408.614 115.508 39.237
	727.282	607.866	828.079	563.359

Os saldos de depósitos judiciais e das provisões são todos de longo prazo nas datas-base demonstradas acima.

### (a.2) Movimentação dos saldos patrimoniais

movimentação d	os saidos patrimoni	ais		
	Fiscais e previdenciárias			
	Obrigações legais e outros passivos contingentes	Cíveis	Trabalhistas	<b>Total 201</b> 7
Saldo inicial	408.614	115.508	39.327	563.359
Despesas	4001014	110.000	37.3-/	J~J.JJ)
financeiras - juros	19.136	10.885	2.170	32.191
Constituições	59.658	-	7.266	66.924
Anistia	(15.377)	-	-	(15.377)
Reversões	(3.197)	(26.239)	(1.577)	(31.013)
Pagamentos	(1.016)		(7.202)	(8.218)
	467.818	100.154	39.894	607.866
	Fiscais e previdenciárias			
	Obrigações legais e outros passivos			
	contingentes	Cíveis	Trabalhistas	<b>Total 2016</b>
Saldo inicial Despesas	384.389	102.405	46.160	532.954
financeiras - juros	24.225	14.517	2.707	41.449
Constituições	-	20	3.721	3.741
Reversões	-	(601)	(351)	(952)
Pagamentos	<u> </u>	(833)	(13.000)	(13.833)
	408.614	115.508	39.327	563.359

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a.3) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

O Consolidado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

### (a.4) Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes

O Consolidado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 112.339 (2016 - R\$ 169.616); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 28.589 (2016 - R\$ 114.829); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 22.824 (2016 - R\$ 21.653); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 38.743 (2016 - R\$ 33.188); (v) outros casos que totalizam R\$ 23.960 (2016 - R\$ 21.095).

#### (a.5) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Consolidado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 163.526 (2016: R\$ 131.020).

#### (a.6) Ações cíveis

O Consolidado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Consolidado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais.

Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos).

Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento, questionam o valor creditado pelo Consolidado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários.

O tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Contudo, alguns Ministros do Supremo se declararam impedidos para julgar a matéria, resultando na falta de quórum necessário. Com isso, não há previsão para a solução final.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 5.318 (2016 – R\$ 2.379).

# 13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2017	2016
Diferenças temporárias	396.582	248.307
Contingências	63.650	50.444
Provisão para devedores duvidosos	7.810	8.577
Provisão para participação nos lucros	6.620	81.230
Provisão para honorários advocatícios	70.939	6.248
Marcação a Mercado - TVM e derivativos	176.571	38.630
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 21(b))	70.035	80.720
Outros	957	(18.746)
Total de créditos tributários - ativo	396.582	247.103

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 223.536 (2016: R\$ 53.722), tendo sido realizado R\$ 75.261 (2016: R\$ 248.771) sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 292.174 (2016: R\$ 196.706).

O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, objeto de discussão na esfera administrativa, monta a R\$ 40.238 (2016 - R\$ 104.604).

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 2 (p)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	346.847	785.327
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 20% de CSLL) Despesas indedutíveis líquidas de receitas não	(156.419)	(353.397)
tributáveis	(10.086)	(12.846)
Compensação ativo fiscal diferido	64.366	23.218
Efeito CSLL 5%	(21.811)	10.745
Outras	8.713	480
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo	41.182	21.597
IRPJ e CSLL no exercício	(115.237)	(331.800)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 14 Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 5.661 (2016: 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2016: 5.470) ordinárias e 191 (2016: 191) preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Em 29 de janeiro de 2016, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais em uma proporção de 10.000 ações existentes para 1 ação da mesma espécie, nos termos do artigo 12 da Lei nº6.404/76, conforme alterada.

Em 3 de fevereiro de 2016, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicá-los sobre os procedimentos a serem adotados e o tratamento a ser destinado às frações de ações resultantes do grupamento, bem como o prazo para ajuste de posição acionária. Este evento tornou-se efetivo em 03 de Abril de 2016 e foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de maio de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 2017 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 189.250, com base na conta de reserva de lucros - estatutária.

A Reserva de lucros — Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, conforme deliberado em Reuniões da Diretoria realizadas em 29 de dezembro de 2017 e 29 de dezembro de 2016, respectivamente.

# Receitas e despesas com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

#### (a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	2017	2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.005	1.755
Aplicações em mercado aberto Ativos financeiros mantidos para	1.852.249	2.506.322
negociação Ativos financeiros disponíveis para	859.299	1.296.251
venda	18.367	37.966
Empréstimos e adiantamentos	165.364	165.293
Aplicações no exterior	5.425	151.137
Outros ativos financeiros	4.085	518
	2.907.794	4.159.242

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### **(b)** Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	2017	2016
Ativos/passivos financeiros Depósitos Despesas de operações compromissadas Outros passivos financeiros	(120.196) (399.461) (737.641) (22.857)	(78.681) (324.412) (688.661) (4.026)
	(1.280.155)	(1.095.780)

#### Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros **c**)

outilios (per aus) fiquidus com acrio		
	2017	2016
Instrumentos financeiros derivativos Instrumentos de dívida e patrimônio	(276.512) (83.561)	(3.730.324) (152.052)
	(360.073)	(3.882.376)
Receita de tarifas e comissões		
Receita de tarifas e comissões		
Receita de tarifas e comissões	2017	2016
Receitas com comissões de colocação	2017	2016
	<b>2017</b> 116.725	<b>2016</b> 10.258
Receitas com comissões de colocação	<u>,                                     </u>	
Receitas com comissões de colocação de titulos Receita de administração de fundos Receita de serviços de assessoria e	116.725	10.258
Receitas com comissões de colocação de titulos Receita de administração de fundos	116.725	10.258

#### Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial 17

Rendas de corretagem - B3

Outras receitas

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando em 2017 uma despesa de R\$ 434.149 e em 2016 uma receita de R\$ 2.153.716.

128.640

521.305

542

83.935

456.523

548

#### 18 Despesas tributárias

16

	2017	2016
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	(108.199)	(96.153)
	(108.199)	(96.153)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 19 Despesas com pessoal

	2017	2016
Remuneração direta	(391.364)	(466.174)
Encargos	(179.774)	(187.165)
Beneficios	(98.981)	(46.895)
Outras despesas de pessoal	(1.797)	(1.676)
	(671.916)	(701.910)

#### 20 Outras despesas administrativas

	2017	2016
Despesas de serviços com o sistema financeiro Despesas com serviços de terceiros	(64.285) (36.073)	(67.151) (37.344)
Despesas com viagens Despesas com sistemas e tecnologias	(15.474) (25.863)	(16.644) (31.428)
Despesas com aluguéis Outros	(11.164) (47.860)	(14.395) (49.908)
_	(200.719)	(216.870)

#### 21 Benefícios a empregados

#### (a) Previdência privada

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício, o Consolidado contribuiu com R\$ 18.653 (2016: R\$ 17.862) para o fundo de pensão.

### (b) Unidade de ações restritas (RSU's)

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

		2017
_	Quantidade de ações	Valor em dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2017	741.897	41.498
Ações outorgadas durante o exercício ( <i>granted</i> )	188.617	15.979
Ações entregues no exercício (vested)	(341.323)	(18.999)
Transferência/saida de funcionários	(49.526)	(2.675)
Ações em circulação em 31/12/2017	539.665	35.803
	10	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		2016
	Quantidade de ações	Valor em dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2016 Ações outorgadas durante o	819.783	44.417
exercício ( <i>granted</i> ) Ações entregues no exercício	294.641	16.770
(vested)	(329.354)	(17.272)
Transferência/saida de funcionários	(43.173)	(2.417)
Ações em circulação em 31/12/2016	741.897	41.498

Em função da existência de um acordo com a matriz, que prevê o reembolso dos benefícios concedidos pelo menor valor entre grant e vesting, foi registrado no exercício um aumento patrimonial no valor R\$ 6.865 (2016 – R\$ 2.389).

O valor contabilizado no passivo em 2017 foi de R\$ 163.315 (2016: R\$ 187.683) incluindo encargos sociais. Em virtude desse programa a despesa registrada no ano é de R\$ 79.452 (2016 - R\$ 130.786), incluindo os encargos sociais.

#### 22 Técnicas de avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os métodos de avaliação adotados pelo Consolidado para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros são descritos a seguir.

Quando não há disponível preços cotados em mercado, calcula-se os valores justos com base em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1 - as informações observáveis que refletem os preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - as informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (a) Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda

Nível 1 - títulos e valores mobiliários de alta liquidez que possuam suas cotações em um mercado ativo são classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Títulos da Dívida do Governo Brasileiro e as ações negociadas em bolsa foram alocados nesse nível.

Nível 2 - nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por cotas de fundos de investimentos e debêntures.

#### (b) Instrumentos financeiros derivativos

Nível 1 - os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2 - o valor justo dos derivativos não negociados em bolsas de valores foi estimado através de técnicas como o Black&Scholes, ou modelos de fluxo de caixa descontados também praticados pelo mercado financeiro. Os derivativos considerados no nível 2 da hierarquia foram *swaps*, opções e termos de moeda, uma vez que seus modelos não apresentam alto nível de subjetividade, que não exigem grandes decisões, e suas informações (cotações dos ativos subjacentes) estão disponíveis nos mercados.

Nível 3 - os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos.

Abaixo segue composição dos valores patrimoniais, sem considerar o offsetting dos derivativos:

				Total
_	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2017
Ativos financeiros	2.589.085			
Títulos da Dívida do				
Governo Brasileiro	2.479.302	-	-	2.479.302
Cotas de fundos de				
investimento	-	3.117	-	3.117
Ações listadas em bolsa	109.783			109.783
Instrumentos financeiros				
derivativos		1.865.257	580	1.865.837
Operações de <i>swap</i>	-	756.298	580	756.878
Opções	-	779.150	-	779.150
Operações a termo	-	180	-	180
Outros derivativos	-	329.629	-	329.629
-				
Passivos financeiros para				
negociação				
Instrumentos financeiros				
derivativos	15.355	2.389.103	4.033	2.408.491
Operações de <i>swap</i>	-	1.095.955	4.033	1.099.988
Operações a termo	-	-	-	-
Opções	-	731.466	-	731.466
Futuros	15.355	-	_	15.355
Outros derivativos	-	561.682	_	561.682
_		0 - 1 - 2 -	•	0

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Total
_	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2016
Ativos financeiros	5.207.904	2.588.874	20.511	7.817.289
Títulos da Dívida do				_
Governo Brasileiro	5.169.361	-	-	5.169.361
Debêntures	-	196.365	-	196.365
Cotas de fundos de				
investimento	-	3.079	-	3.079
Ações listadas em bolsa	38.543			38.543
Instrumentos financeiros				
derivativos		2.389.430	20.511	2.409.941
Operações de <i>swap</i>	-	1.173.381	20.511	1.193.892
Opções	_	317.942	-	317.942
Outros derivativos	_	898.107	-	898.107
Passivos financeiros para negociação				
Instrumentos financeiros				
derivativos	140.092	3.130.470	929	3.271.491
Operações de <i>swap</i>	_	1.682.501	929	1.683.430
Operações a termo	_	165	-	165
Opções	_	289.291	-	289.291
Futuros	140.092	-	-	140.092
Outros derivativos		1.158.513		1.158.513

Movimentação das operações Nível 3: (Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

	2017	2016
Saldo inicial	19.582	210.745
Novas contratações	-	(929)
Vencimento de operações Resultado das operações no	(19.388)	(176.127)
exercício	(3.647)	(14.107)
Saldo final	(3.453)	19.582

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 23 Capital

### (a) Regulatório

O Conglomenrado apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia III de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Consolidado era de 25,01% (2016: 18,44%) (inclui RBAN), conforme demonstrado abaixo.

#### Cálculo do índice de Basiléia

	2017	
(a) RWAcpad – risco de crédito por abordagem padronizada	8.845.221	
(b) RWAcam - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial	977.673	
(c) RWAJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	5.341.185	
(d) RWACOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (commodities)	39.696	
(e) RWAACS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	346.164	
(f) RWAOPAD - parcela referente ao risco operacional	2.652.848	
(g) Total RWA $(a+b+c+d+e+f)$	18.202.787	
(h) RBAN - parcela referente ao risco da carteira banking	33.530	
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 9,25%) + h	1.717.288	
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) <sup>1</sup>	4.642.254	
(k) Adicional de capital principal minimo requerido	227.535	
Margem (j-i-k)	2.697.431	
Índice da Basileia = $(j) * 9,25\%/(i)$	25,01%	

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Prudencial do BRGAAP.

	2016
(a) RWAcpad – risco de crédito por abordagem padronizada	10.081.630
(b) RWAcam - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial	349.572
(c) RWAJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	11.426.927
(d) RWACOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (commodities)	-
(e) RWAACS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	277.436
(f) RWAOPAD - parcela referente ao risco operacional	2.453.018
(g) Total RWA $(a+b+c+d+e+f)$	24.588.583
(h) RBAN - parcela referente ao risco da carteira banking	5.745
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 9,875%) + h	2.433.868
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) <sup>1</sup>	4.545.962
Margem (j-i)	2.112.094
Índice da Basileia = $(j) * 9,875\%/(i)$	18,44%

<sup>1</sup> Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Financeiro do BRGAAP ("Conglomerado").

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Gerenciamento de capital

É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico.

As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

### 24 Partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

### (a) Transações com entidades do Grupo

_		2017		2016
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
_	(passivos)	(despesas)	(passivos)	(despesas)
Caixa e equivalentes a caixa	142.319	-	951.043	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	15.675	-	-	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	126.644	-	951.043	-
Aplicações em moeda estrangeira	600.930	5.425	-	(18)
JPMorgan Chase Bank, National Association	600.930	5.425	-	(18)
Serviços prestados a receber	16.279	196.642	20.663	197.785
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	-	87	-	
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	105	1.258	55	663
JPMorgan Chase Bank, National Association	1.406	29.820	3.248	46.053
J.P. Morgan Securities LLC	2.381	45.826	10.775	68.603
JPMorgan Asset Management (Europe)	182	1.586	146	290
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	36	12.416	58	7.831
JP Morgan Limited	769	14.053	-	-
Lawton Multimercado	3.419	39.328	2.888	32.449
Chase Bank NY Foreign Subs.	-	4.484	-	-
JPMorgan Chase Bank, N.A London Branch	7.981	47.774	3.493	41.896
Outros Valores a receber/(a pagar) J.P. Morgan Securities LLC JPMorgan Chase Bank. National	(3.539)	<b>(6.648)</b> (1.410)	-	- -
Association J.P. Morgan Securities PLC JPMorgan Corp. Financiera	(3.539) - -	(575) (6.958) (127)	- - -	- - -
JPMC Holdings LLC	<u>-</u>	2.422	<del>-</del>	<del>-</del>
Depósitos	(1.472.881)	(74.155)	(66.093)	(7.888)
Chase Manhatan Holdings Ltda.	(210)	-	(267)	-
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio Ltda.	(23.446)	(2.076)	(21.413)	(2.090)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		2017		2016
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(passivos)	(despesas)	(passivos)	(despesas)
HCM Participações Brasil Ltda	(87.267)	(6.567)	(6.934)	-
J.P. Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(35.485)	(2.521)	(30.779)	(3.476)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(422)	-	(92)	-
Norchem Holdings e Negáocios S.A.	(83)	-	(35)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(77)	-	(455)	-
Gaborone Participações Ltda.	(2.534)	(219)	(292)	(283)
OEP BRASIL Ltda.	(2.806)	(232)	(102)	(249)
Lawton Multimercado	(1.320.551)	(62.540)	(3.437)	(1.790)
Depósitos interfinanceiros	(334.844)	(33.407)	(437.955)	(59.773)
JPMorgan Chase Bank National Association São Paulo Branch	(334.844)	(33.407)	(437.955)	(59.773)
Obrigações por operações compromissadas JPMorgan Chase Bank National	(5.010.886)	(355.650)	(1.519.685)	(361.565)
Association São Paulo Branch	(38.304)	(2.065)	(12.051)	(7.097)
Lawton Multimercado	(4.972.582)	(353.585)	(1.507.634)	(361.565)
Instrumentos financeiros derivativos JPMorgan Chase Bank National	58.023	492.779	(166.113)	654.907
Association São Paulo Branch	(6.274)	145	(140.711)	1.276
Lawton Multimercado	64.297	492.634	(25.402)	653.631
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira JPMorgan Chase Bank, National	(8.076.520)	(102.591)	(10.422.080)	(51.893)
Association	(8.076.520)	(102.591)	(10.422.080)	(51.893)
<b>Despesa de pessoal</b> JPMorgan Chase & CO.	<b>(101.287)</b> (101.287)	<b>(42.873)</b> (42.873)	<b>(122.805)</b> (122.805)	<b>(43.716)</b> (43.716)
<b>Operação de Câmbio</b> JPMorgan Chase Bank National	(518)	-	510	12.931
Association São Paulo Branch	(518)	-	510	12.931

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

### (b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Salários e encargos	27.534	23.121
Participação nos lucros e gratificações	53.688	63.860
Encargos sobre gratificações	20.023	23.466
Planos de aposentadoria e pensão	1.625	1.207
Outros beneficios	1.425	1.171

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 25 Gerenciamento de riscos financeiros

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

O gerenciamento de riscos de mercado e crédito é de responsabilidade da Diretoria de Riscos do Conglomerado.

# I Processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado operacional, liquidez e de crédito

#### (a) Risco de mercado

Risco de mercado é a exposição a uma mudança adversa no valor de mercado de instrumentos financeiros causada por uma mudança em parâmetros de mercado. Os principais parâmetros de mercado são: Taxas de Juros, Taxas de Câmbio, Renda Variável, Spreads de Crédito e Preços de Commodities.

Principais funções da Unidade de Reporte de Riscos:

- a. Identificar, medir, controlar e analisar os riscos de mercado, assegurando que os riscos assumidos estejam de acordo com os limites de risco de mercado estabelecidos pela Administração do conglomerado J.P. Morgan.
- b. Consolidar as posições de risco de todo o conglomerado J.P. Morgan sujeitas aos riscos de mercado;
- c. Analisar as propostas de limites de risco de mercado e apresentar sua recomendação à Diretoria e área de Risco de Mercado Regional; e
- d. Conhecer, analisar, controlar e reportar, de forma continuada, a situação, evolução e tendências das posições de risco de mercado e dos resultados.

A Gerência de Risco de Mercado é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infra-estrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, Traders e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (Legal Entity Risk Manager, LERM).

O gerenciamento, monitoramento e controle de Risco de Mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não-estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo Value at Risk (VaR):

É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

Valor de mercado;

Basis Point Value (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0.01%) nas taxas de juros;

Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;

Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita;

Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não-estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e commodities)

#### Estrutura de Limites

Os limites são estabelecidos pelo Diretor de Riscos e pelos Diretores das Unidades de Negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, estresse e de sensibilidades.

Seguem dados quantitativos:

#### VaR Conglomerado J.P.Morgan

	VaR		
Fator de Risco	Dez-17	Dez-16	
Moeda Estrangeira	1,354	1,019	
Taxa de Juros	9,046	34,352	
Renda Variável	728	1,408	
Efeito Diversificação	(1,740)	(2,975)	
Total	9,388	33,804	

#### Relatório de risco de mercado - exposição

Fator c	le Risco	2017	2016
	Juros Pré	276	(1,260)
	Inflação	8	(116)
BPV	USD	217	90
	USD - On	(199)	(37)
	Outros	(87)	(44)
	USD	30,606	(43,201)
	JPY	(1,535)	(137)
FX Delta	EUR	(10,986)	(45,996)
	GBP	(2,805)	2,633
	Outras	(26,127)	(2,017)
Ações	Delta	(4,047)	(24,688)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Resultado dos Testes de Stress

Cenário	2017	2016
Bond SellOff	81,443	(176,393)
Cmdty SellOff	79,481	(238,023)
Credit Crisis	73,536	(215,018)
Basis	39,095	(25,324)
EM Sell Off	136,135	(366,805)
Equity Collapse	88,831	(196,559)
EURO Zone	74,500	(234,364)
Gen.Recovery	(45,706)	168,912
Inflation	110,006	(368,991)
Oil Crisis	73,260	(214,004)
USD Crisis	109,340	(231,919)

#### Cenários:

- Equity Collapse é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- Credit Crisis é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- Bond Sell Off é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista ("hawkish").
- Inflation. Similar ao Bond Sell Off, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.
- USD Crisis é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.
- Commodities Sell Off Crise é representado por uma crise decorrente de queda abruta nos preços de commodities.
- Emerging Markets é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- EURO Zone é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Européia:Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- General Recovery: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- Dealer Exit é representado pelos efeitos decorrentes do zeramento de posições de menor liquidez concentradas em um investidor ou dealer de grande porte.

#### (b) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda resultante da gestão inadequada de processos ou sistemas, falhas humanas ou eventos externos, que não estejam relacionados a risco de crédito ou mercado. O risco operacional é parte das atividades do conglomerado e pode se manifestar de diferentes formas, incluindo mas não se limitando a atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas ou outras penalidades.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço definido para manter um ambiente de risco controlado. Os componentes principais deste arcabouço são: governança, identificação de risco, avaliação, monitoramento e medição. A área de Gestão de Risco é responsável por definir e prescrever o arcabouço para as linhas de negócios e para as funções corporativas, e por exercer uma supervisão independente de sua implementação cuja responsabilidade é das linhas de negócio.

O Conglomerado mantém uma supervisão das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem medidas, ferramentas e disciplinas que são específicas para este risco e utilizadas em todo o Conglomerado. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, relatórios específicos e planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos e riscos significativos e garantir a solução dos problemas relacionados a estes riscos operacionais identificados.

### (c) Risco de liquidez

Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais.

A gestão de risco de liquidez no Conglomerado define-se por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos indicadores estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Estes indicadores operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação.

Os procedimentos encontram-se devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatório diário com a condição de liquidez do conglomerado.

Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio estabelecidas no país, a Tesouraria Corporativa Local.

São responsabilidades desta unidade:

- Monitora a gestão de risco de liquidez no país;
- Propõe orientação para as estratégias de gestão de risco de liquidez;
- Revisa e aprova as orientações para captação de recursos para as funções da tesouraria local;
- Revisa e aprova a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência pelo menos uma vez ao ano:
- Atua como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global com relação à coordenação dos requerimentos para o risco de liquidez global; e
- Responsável pela captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Intrínsecos a este mandato mais amplo estão:
- gerencia o perfil de ativos e passivos e da exposição gerada pelo descasamento entre eles;
- o garante o contínuo acesso às fontes mais baratas de captação de recursos externas;
- o mantém adequadamente o caixa e as reservas de garantia;
- o garante o canal de transferência de captações entre membros do grupo; e
- o garante (conjuntamente com as áreas de Finanças e *Compliance*) que o JP Morgan está em cumprimento com as leis locais específicas e exigências regulatórias relacionadas à captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez.

Também é responsabilidade desta unidade manter as premissas e cenários para testes de liquidez adequados à realidade de mercado e dentro das normas corporativas bem como manter atualizado o plano de contingência.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Conglomerado envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos pela Resolução 4.557.

A gestão de risco de liquidez não somente é realizada através das exigências regulatórias mas também e fundamentalmente através do controle diário dos fluxos de caixa esperados.

A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, prazo este determinado e suficiente, dada a consideravel participação dos ativos liquidos nos ativos totais (65.05%) e sua relevância também em relação aos recursos de curto prazo (164.0%). Durante o exercício de 2017, o conglomerado manteve estes indicadores de forma a garantir o o adequado gerenciamento de risco de liquidez e observamos indices maiores quando comparados ao ano anterior (2016) que refletem a otima condicao de liquidez do conglomerado.

Indicadores de Liquidez	2017	2016
Ativos líquidos / Ativos totais	65.05%	57.10%
Ativos líquidos / Rescursos de curto	163.97%	131.40%

Segue relatorio com os fluxos de caixa não descontados usado diariamente pela Tesouraria Corporativa Local:

#### 2017

R\$ milhões	Dia 1	2 - 7	8 - 14	15 - 30	31 - 60	61 - 90 dias
Aplicações em Instituições Financeiras	9,093	(60)	0	2,000	1,300	0
Titulos e Valores Mobiliários	6,738	60	0	(2,000)	(1,300)	0
Cambio e Captações Externas	(652)	(28)	2	3	37	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	(38)	7	0	0	0	0
Operações de Crédito	1	0	0	0	0	0
Depósitos a Vista	(395)	0	16	31	25	8
Depósitos a Prazo	(2,032)	(539)	(130)	(102)	(252)	(274)
Fianças	0	0	0	0	0	0
Outros	(17)	(15)	(15)	(30)	(198)	(51)
Fluxos futuros descontados	12,698	(575)	(127)	(98)	(388)	(317)
Liquidez total disponível	12,698	12,123	11,996	11,898	11,510	11,193

#### 2016

R\$ milhões	Dia 1	2 - 7	8 - 14	15 - 30	31 - 60	61 - 90 dias
Aplicações em Instituições Financeiras	10,481	(1,885)	(103)	1,000	1,000	1,000
Titulos e Valores Mobiliários	2,010	1,885	103	(1,000)	(1,000)	(1,000)
Cambio e Captações Externas	(1,163)	(2,491)	0	0	(1)	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	73	0	0	0	0	0
Operações de Crédito	(2)	0	0	0	0	0
Depósitos a Vista	(436)	0	1	76	0	24
Depósitos a Prazo	(677)	(1,419)	(18)	(123)	(79)	(156)
Fianças	(104)	0	0	0	0	0
Outros	0	(14)	(10)	(174)	(77)	(65)
Fluxos futuros descontados	10,182	(3,924)	(27)	(221)	(157)	(197)
Liquidez total disponível	10,182	6,259	6,232	6,011	5,854	5,657

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### **Teste de Estresse**

O JP Morgan conduz um teste de estresse de risco de liquidez mensalmente, utilizando como modelo a DRL. São aplicando fatores de ponderação em cada uma das contas do relatório com o intuito de representar os efeitos de um cenario de estresse de liquidez no balanço.

Os resultados do teste de estresse são utilizados para identificar e quantificar as fontes de potencial redução na liquidez, e para analisar possíveis impactos no fluxo de caixa da instituição, na posição de liquidez, na rentabilidade, e na solvência. O teste de estresse também é utilizado para assegurar que as exposições atuais estejam consistentes com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pela instituição financeira. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para limitar as exposições da instituição, aumentar o colchão de liquidez, e ajustar o perfil de liquidez para atender sua tolerância ao risco.

#### Plano de Contingência

O Plano de Contingência é uma extensão da Política de Risco de Liquidez e projeta as necessidades e as fontes de captação de recursos sob condições estabelecidas pelo cenários corporativos. O objetivo do Plano de Contingência é assegurar a liquidez apropriada durante períodos de estresse.

A ativação do processo de contingência é responsabilidade da Tesouraria Corporativa Local, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, haverá frequente comunicação para otimizar a eficência do plano de contingência durante um evento adverso de liquidez, assegurando que as decisões tomadas sejam coordenadas para minimizar qualquer agravamento da condição de liquidez.

Esta comunicação irá assumir as formas consideradas adequadas no momento. Com a intensificação da situação de estresse, a alta gerência pode solicitar a Tesouraria Corporativa Local produção diária de relatórios regulares de risco de liquidez e informações complementares. Para mitigar o potencial de contágio, a comunição eficaz com as contrapartes, agências de classificação de risco, e outras partes interessadas, é de vital importância quando surge um problema de liquidez.

As ações de comunicação serão baseadas nas exigências e gravidade do evento específico. Várias condições ou eventos podem servir como indicadores de potenciais problemas de liquidez. Esses eventos podem ser específicos do JP Morgan ou resultantes das condições de mercado. A natureza dos eventos também pode ser qualitativa ou quantitativa. Qualquer um dos eventos isoladamente pode não causar problemas, mas em combinação, dependendo da sua gravidade, podem resultar em perda significativa de liquidez.

#### **ALCO (Comitê de Ativos e Passivos)**

O gerenciamento de risco de liquidez faz parte das responsabilidades primarias do Comitê de Ativos e Passivos, o qual é composto pelo Tesoureiro, o Diretor de Controladoria (SFO), o Presidente (SCO), o Diretor de Operações, o Diretor de Riscos, as equipes de Tesouraria Corporativa Local e Global, e representantes de cada área de negócio presente no país.

### (d) Risco de crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de perdas resultantes pelo não recebimento de valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira destes mesmos clientes. Esta definição inclui todas operações nas quais a Instituição concede, ou se compromete a conceder, financiamento sob suas mais diversas formas, incluindo empréstimos, repasses, adiantamentos, compromisso de empréstimos, garantias, cartas de crédito e operações de derivativos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(futuros, swaps, forwards e opções) nas quais o cliente pode vir a se tornar devedor.

As principais funções e respectivos processos de identificação e mensuração do risco de Crédito são:

- . avaliação da capacidade dos clientes do JP Morgan Brasil de gerarem recursos suficientes através de suas atividades comerciais e conversão de seus ativos, visando a liquidação de suas obrigações operacionais e financeiras em seus devidos vencimentos e na forma como foram contratadas. Processos: análise de crédito individual, revisão anual e trimestral de crédito.
- . atribuição de uma classificação de risco (rating) a nível de tomador e operação, que seja compatível com a situação econômico financeira de seus clientes e com a disponibilidade e liquidez das garantias apresentadas, se for o caso. Processos: aplicação das metodologias internas de ratings (FBI), revisão trimestral de ratings (Tiering), revisão mensal das provisões de crédito.
- . aprovação de forma independente todos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitorar e gerenciar sua utilização de forma ativa e frequente. Processos: aplicação das alçadas de crédito globais, revisão mensal do portfólio de crédito; utilização do sistema de monitoramento diário de excessos potenciais (OWL-overlimits monitoring).
- . monitoramento, avaliação e gerencia do portifólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, ratings, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. Processos: revisão mensal do portifólio de crédito, revisão trimestral de ratings (Tiering), processo de revisão trimestral de créditos problemáticos (CSR)
- . participar das discussões e atribuições de provisões e reservas de capital adequadas ao nível de exposição e portifólio de crédito. Processo: revisão mensal das provisões de crédito

A autoridade para aprovar linhas de crédito cabe estritamente aos executivos de Crédito e obedece a uma hierarquia definida por uma política interna de crédito. As alçadas de aprovação são limitadas por níveis de autoridade os quais definem montantes e prazos máximos de acordo com a classificação de risco de cada cliente. A política corporativa de risco de crédito é aplicada a todas as área de gerenciamento de risco de crédito em todas as subsidiárias do grupo JPMorgan no mundo.

Em 31 de dezembro a exposição ao risco de crédito é considerada baixa sendo que 85% (2015 -77%) da carteira é representada por papéis do Governo Brasileiro de alta liquidez e qualidade de crédito.

#### II Processos de validação dos modelos de precificação

Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados seguem a Política Global de Risco de Modelos. A responsabilidade pelo desenvolvimento e validação dos modelos de precificação é da área de IB *Quantitative Research* (QR) situada em Nova Iorque, com a qual a unidade local de QR possui uma ligação funcional.

A política de risco de modelo requer que todas as operações sejam registradas em modelos aprovados e dentro do escopo e limitações desse modelo.

Adicionalmente, toda operação onde a formalização contratual diferir da essência da operação, deve ser pré-aprovada. A área de *Valuation Control Group* (VCG) é responsável por fornecer as diretrizes para esses casos conforme tópicos abaixo:

Aprovação de modelo: é de responsabilidade do trader confirmar antes da operação que ela está dentro do escopo dos modelos. Em caso de dúvida tanto a área IB *Quantitative Research* (QR) quanto a Model *Risk Governance and Review* (MRGR) podem ser consultadas. A operação direcionada para a área do MRGR requer a formalização da visão da área de MRGR.

Formalização contratual diferente da essência: todas as operações devem ser aprovadas antes de serem contratadas. Em caso de dúvida quanto ao enquadramento de uma operação nessa categoria, cabe a área de QR confirmar ou não o enquadramento, juntamente com a área de VCG. Caso a área de VCG entenda

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que é um novo tipo de operação, esta será direcionada para a aprovação da área MRGR, a qual tem o poder de decisão nessas situações. É requerida documentação explicando o motivo do enquadramento da operação nessa categoria.

Exceção: caso o trader deseje efetuar uma operação após a confirmação de que não há modelo aprovado para ela, o trader pode solicitar uma exceção, a qual deve ser aprovada previamente por QR da área de negócios, depois por *Model Governance Group* (MGG - Model Manager e MRO – *Model Risk Officer*) e em sequencia pelo MRGR FRE (*Firmwide Risk Executive* - chefe de MRGR), ou pelo chefe de VCG caso a autorização seja para um modelo de valuation.

Limites: o único processo de aprovação de modelos é o descrito acima.

Principais áreas envolvidas no processo:

Quantitative Research (QR) - área específica de desenvolvimento de modelos e de autorização de operações caso estejam aprovados por MRGR.

*Valuation Control Group* (VCG) é responsável por fornecer as diretrizes e a pré-aprovação nos casos em que a formalização do contrato seja diferente de sua essência.

Model Risk Governance and Review (MRGR) – Reponsável pela política de Estimativas e Gestão de Risco de Modelos (Estimations and Model Risk Management), por estabelecer o processo de governança durante a vida de um modelo e também o responsável pela revisão e aprovação de modelos de precificação.

\* \*